

# Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do DF e seu Entorno

Relatório do Seminário realizado  
em Brasília, nos dias 2 e 3 de abril de 2009



Ministério da  
Integração  
Nacional



**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada





# **Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do DF e seu Entorno**

Relatório do Seminário realizado  
em Brasília, nos dias 2 e 3 de abril de 2009



# Apresentação

---

Os problemas que impactam o território e as estratégias para o desenvolvimento sustentável da região do Entorno imediato de Brasília, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, sem esquecer a área de influência de Brasília, que abrange cidades do DF, Minas, Goiás e Bahia, foram apresentados e discutidos por especialistas, gestores dos governos Federal e do Distrito Federal, representantes da Câmara dos Deputados, estados e municípios de MG e GO, SEBRAE/DF, IBRASE, FIBRA, Universidade de Brasília, entre outros, durante os dias 2 e 3 de abril, na Câmara dos Deputados.

Fruto do esforço conjunto entre os órgãos realizadores do evento, essa iniciativa foi um marco na retomada do debate sobre a região e no compromisso de todos os atores presentes, no sentido de buscar o enfrentamento dos problemas.

Tal articulação poderá resultar na criação de uma Agenda positiva, devendo desdobrar-se em ações que transformem a região em uma metrópole sustentável, contemplando os segmentos populacionais e os territórios excluídos. Para isso é necessário: disposição política, articulação dos entes federados, da iniciativa privada e da sociedade civil com forte aporte de recursos e aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão institucional e financeira adequados às diversas situações e escalas territoriais.



# Promoção

---

- Câmara dos Deputados
- Ministério da Integração Nacional - MI
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
- Governo do Distrito Federal - GDF
- Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal - SEBRAE/DF
- Instituto Brasileiro de Estudos da Economia Regional - IBRASE





# Realização

---

## **Câmara dos Deputados**

- Presidente  
Michel Temer (PMDB-SP)
- Líder do Partido Socialista Brasileiro  
Dep. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

## **Governo Federal**

### **Ministério da Integração Nacional**

- Ministro de Estado  
Geddel Vieira Lima
- Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional  
Henrique Villa Ferreira
- Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
José Antonio da Silva Parente
  - Diretor do Departamento de Promoção de Investimentos  
Frederico Vitório Valente
  - Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional  
Christian P. Schneider

### **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**

- Presidente  
Márcio Pochmann

- Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos

Liana Maria da Frota Carleial

- Coordenação de Estudos e Políticas Regionais

Carlos Wagner Oliveira

- Coordenação de Estudos Urbanos

Daniel da Mata

### **Governo do Distrito Federal**

#### **Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN**

- Presidente

Rogério Rosso

- Diretor de Gestão de Informações

Sérgio Paz Magalhães

#### **Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal SEBRAE/DF**

- Presidente do Conselho Deliberativo

Antonio Rocha

- Diretor Superintendente

Flávio Rezende Queiroga

- Diretora

Maria Eulália Franco

- Diretor

José Carlos Moreira De Luca

#### **Instituto Brasiliense de Estudos da Economia Regional - IBRASE**

- Presidente

Jusçânio Ubelino de Souza

- Vice-presidente

Júlio Miragaya

## **COORDENAÇÃO**

### **Câmara dos Deputados**

- Jônia Maria Pompeu e Patrícia Raposo Lemos

### **Ministério da Integração Nacional**

- Christian P. Schneider
- Maria José Monteiro
- Agnaldo Moraes da Silva

### **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**

- Carlos Wagner Oliveira
- Daniel da Mata

### **Governo do Distrito Federal**

#### **Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN**

- Sérgio Paz Magalhães
- Heloisa P. L. Azevedo
- Delçon Bosco
- Celso Gomes
- Nilva Rios
- Giovanna C. Lopes

#### **Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal - SEBRAE/DF**

- Maria Eulália Franco
- Patrícia Maya
- Ary Ferreira Júnior
- Ana Luiza Mendonça
- Stéfany Portuguez

## **Instituto Brasiliense de Estudos da Economia Regional - IBRASE**

- Jusçânio Ubelino de Souza
- Júlio Miragaya

## **RELATORIA**

### **Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN**

- Heloisa P. L. Azevedo - Assessora da Diretoria de Gestão de Informações

### **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**

- Daniel da Mata - Coordenador de Estudos Urbanos da Diretoria de Estudos Urbanos e Regionais
- Fernando Luiz Araújo Sobrinho; Juliana Dalboni Rocha; Sérgio Ulisses Silva Jatobá e César Nunes Castro - pesquisadores

## **COPIDESQUE/REVISÃO**

### **Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN**

- Valda Queiroz - Diretoria de Gestão de Informações

## **PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO**

### **Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN**

- Maurício Hissao Suda - Assessoria de Comunicação

## **APOIO**

### **Agência TT Eventos**

# Programação

---

## **02/04/2009 (quinta-feira)**

### **9h - Mesa 01: ABERTURA**

- Deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) - Representante da Câmara dos Deputados e Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB
- Frederico Vitorio Valente - Diretor de Promoção de Investimentos da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional - SCO-MI
- Paulo Otávio - Vice-Governador do Distrito Federal
- Rogério Rosso - Presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN
- José Carlos Moreira de Luca - Diretor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/DF
- Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira - Coordenador de Estudos e Políticas Regionais - IPEA
- Joe Carlo Viana Valle- Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - Ministério da Ciência e Tecnologia
- Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)
- Deputado Jofran Frejat (PR-DF)

### **11h - PALESTRA INICIAL: BRASÍLIA E SEU ENTORNO**

Palestrante: Rogério Rosso - Presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN

### **14h - Mesa 02: PANORAMA REGIONAL**

Coordenador: Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira - Coordenador de Estudos e Políticas Regionais - IPEA

- “A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR”.  
Palestrante: Henrique Villa Ferreira - Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional - Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional - SDR-MI
- “A área de influência do Distrito Federal segundo a pesquisa “Região de Influência das Cidades - REGIC”.  
Palestrante: Evangelina de Oliveira - Coordenadora Geral da Pesquisa REGIC - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
- “Diagnóstico socioeconômico da região em três escalas”.  
Palestrante: Paulo Furtado - Pesquisador do IPEA

## **15h - DEBATES**

### **16h - Mesa 03: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NAS SUAS DIVERSAS ESCALAS**

Coordenadora: Maria Eulália Franco - Diretora do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal - SEBRAE/DF

- Apresentação do Estudo “Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável de Brasília e seu Entorno”.  
Palestrante: Júlio Miragaya - Vice-Presidente do Instituto Brasiliense de Estudos da Economia Regional - IBRASE
- “A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO e seus instrumentos de Desenvolvimento Regional”  
Palestrante: Frederico Vítório Valente - Diretor de Promoção de Investimentos da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional - SCO-MI

## **17h - DEBATES**

## **18h - ENCERRAMENTO**

### **03/04/2009 (sexta-feira)**

#### **9h - Mesa 04: GESTÃO E GOVERNANÇA**

Coordenadora: Heloisa Azevedo - Assessora da Diretoria de Gestão da Informação - CODEPLAN

- "Instrumentos de Cooperação Interfederativos e a Experiência dos Consórcios."  
Palestrante: Paula Ravanelli Losada - Assessora Especial da Subchefia de Assuntos Federativos -SAF, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SRI-PR

- “A Experiência da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno”  
Palestrante: Carlos Henrique Sobral - Coordenador Geral da RIDE/SCO/MI
- “Saúde na RIDE”. Palestrante: Rubens Iglesias - Diretor Executivo da FEPECS /  
Secretaria de Saúde do GDF e Vice-Coordenador do Colegiado de Gestão da Saúde  
RIDE
- “A Experiência da Mesorregião de Águas Emendadas”.  
Palestrante: Agnaldo Moraes da Silva - Gerente da Mesorregião-SCO-MI

## **10h - DEBATES**

### **11h - Mesa 05: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO**

Coordenador: Sérgio Paz Magalhães - Diretor de Gestão de Informações - CODEPLAN

Palestrantes:

- Deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) - Membro da Comissão de Ciência e  
Tecnologia da Câmara dos Deputados
- Diones Alves Cerqueira - Representante da Federação das Indústrias do Distrito  
Federal - FIBRA
- Profa. Marília Steinberger - Professora-adjunta do Departamento de Geografia  
e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade  
de Brasília - UnB.

### **12:30h - CONCLUSÕES E ENCERRAMENTO**





# Índice

---

<b>Abertura</b> .....	17
<b>Palestras</b> .....	19
<b>Palestra Inicial: “Brasília e seu Entorno”</b> Palestrante: Rogério Rosso - Presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN .....	19
<b>Mesa 02: Panorama Regional</b> Coordenador: Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira - Coordenador de Estudos e Políticas Regionais - IPEA .....	20
<b>“A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR”</b> Palestrante: Henrique Villa Ferreira - Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional - SDR-MI .....	20
<b>“A área de influência do Distrito Federal segundo a pesquisa Região     de Influência das Cidades - REGIC”</b> Palestrante: Evangelina de Oliveira - Coordenadora Geral da Pesquisa REGIC - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. ....	22
<b>“Diagnóstico socioeconômico da região em três escalas”</b> Palestrante: Paulo Furtado - Pesquisador do IPEA .....	23
<b>Mesa 03: Estratégias de Desenvolvimento Regional nas suas     diversas escalas</b> Coordenadora: Maria Eulália Franco - Diretora do SEBRAE/DF .....	24
<b>“Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável de Brasília e     seu Entorno”</b> Palestrante: Júlio Miragaya - Vice-Presidente do Instituto Brasiliense de Estudos da Economia Regional - IBRASE .....	24

---

<b>“A SUDECO e seus instrumentos de Desenvolvimento Regional”</b>	
Palestrante: Frederico Vitório Valente - Diretor do Departamento de Promoção de Investimentos da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional - SCO-MI. ....	26
<b>Mesa 04: Gestão e Governança</b>	
Coordenadora: Heloisa Pereira Lima Azevedo - Assessora da Diretoria de Gestão de Informações - CODEPLAN .....	27
<b>"Instrumentos de Cooperação Interfederativos e a Experiência dos Consórcios"</b>	
Palestrante: Paula Ravanelli Losada - Assessora Especial da Subchefia de Assuntos Federativos - SAF da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SRI-PR. ....	27
<b>"A Experiência da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno"</b>	
Palestrante: Carlos Henrique Sobral - Coordenador Geral da RIDE/SCO/MI ...	29
<b>“Saúde na RIDE”</b>	
Palestrante: Rubens Iglesias - Diretor Executivo da FEPECS/Secretaria de Saúde do GDF e Vice-Coordenador do Colegiado de Gestão da Saúde RIDE. ....	30
<b>“A Experiência da Mesorregião de Águas Emendadas”</b>	
Palestrante: Agnaldo Moraes da Silva - Gerente da Mesorregião de Águas Emendadas - SCO-MI .....	31
<b>Mesa 05: Perspectivas de Desenvolvimento da Região</b>	
Coordenador: Sérgio Paz Magalhães - Diretor de Gestão da Informação - CODEPLAN .....	33
Palestrante: Deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) - Membro da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados .....	33
Palestrante: Diones Alves Cerqueira - Representante da Federação das Indústrias do Distrito Federal - FIBRA. ....	34
Palestrante: Profa. Marília Steinberger - Professora-adjunta do Departamento de Geografia e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da UnB. ....	35
<b>Subsídios e Propostas de Encaminhamento .....</b>	<b>37</b>

---

# Abertura



- Frederico Vítório Valente - Diretor de Promoção Investimentos da SCO-MI
- Joe Carlo Viana Valle - Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do MCT
- Deputado Jofran Frejat (PR-DF)
- Deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
- Rogério Rosso - Presidente da CODEPLAN
- Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)
- José Carlos Moreira de Luca - SEBRAE-DF
- Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira - IPEA (da esquerda para direita)



- Paulo Octavio - Vice-Governador do GDF (em pé)
- Rogério Rosso - Presidente da CODEPLAN
- Deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (da esquerda para direita)



- Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados

Fotos: Acervo da Câmara dos Deputados



## ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E SEU ENTORNO

Este relatório reúne a síntese das palestras apresentadas no Seminário. As notas taquigráficas, inclusive os discursos da Abertura e apresentações encontram-se no site da CODEPLAN ([www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)).

As propostas, os problemas e as estratégias centrais abordadas para o desenvolvimento da região, apresentadas nos estudos, ou nas palestras pelos coordenadores de mesa e do público que se manifestou, durante os debates, foram reunidas e sintetizadas ao final do documento, no item **Subsídios e Propostas de Encaminhamento**.

Palestra Inicial: **“Brasília e seu Entorno”**  
Palestrante: Rogério Rosso - Presidente da Companhia  
de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN

A CODEPLAN é uma empresa do Governo do Distrito Federal e sua missão é apoiar o planejamento do Distrito Federal e do Entorno, além disso, realiza pesquisas sobre o desenvolvimento regional do território que compõe a sua área de atuação. A população do Distrito Federal, de acordo com os dados mais recentes do IBGE, é de 2.383.000 pessoas, enquanto que a população do Entorno foi de 1.215.000 habitantes. A taxa de crescimento da população do DF entre 2000 e 2007 é igual a 2,47% ao ano. A taxa de crescimento da RIDE (DF e municípios de GO e MG circunvizinhos ao DF) é de 2,4% ao ano. A taxa de crescimento apenas do Entorno do DF nesse mesmo período foi igual a 2,24% ao ano.

De 2002 a 2007, 109.000 pessoas mudaram-se para o Entorno, 41% residiam no DF. Desse contingente de imigrantes, 82% concentraram-se em apenas seis cidades, entre elas, Águas Lindas de Goiás e Novo Gama. Dados da Pesquisa de Transportes de 2000 mostravam que 160.000 pessoas saem, todos os dias, do Entorno para vir trabalhar no DF e, ao final da

jornada de trabalho, regressam para os seus municípios de origem, alguns dos quais constituem, autênticas cidades dormitório.

O PIB do DF em 2006 era de R\$ 89,6 bilhões. O PIB do Entorno nesse mesmo ano foi de R\$ 6 bilhões. Comparando o PIB das duas regiões, DF e Entorno, por setor, o primário (agropecuário) responde por 0,2% do PIB do DF, o setor secundário por 6,4% e o setor terciário (de serviços) por 93,4%. Já no Entorno, 15,8% do PIB são originários do setor primário, 19,8% do setor secundário e 64,4% do setor terciário. Essa grande participação do setor terciário no PIB é facilmente explicada nas duas regiões. No DF, isso se deve à presença dos governos Distrital e Federal, responsáveis pelo emprego de grande número de pessoas no serviço público. No Entorno, o serviço público também justifica a primazia do setor terciário sobre o PIB total, com as prefeituras dos municípios absorvendo grande parte da mão-de-obra empregada no setor de serviços. Quanto ao PIB per capita, a diferença entre o DF e o Entorno é significativa. O PIB per capita do DF é igual a R\$ 37,6 mil por ano, enquanto que o PIB per capita do Entorno é bem inferior, igual a R\$ 5,16 mil por ano.

Ressalta-se que o DF só produz 15% do que consome e, por isso, a substituição dessas importações constitui uma grande oportunidade para impulsionar o desenvolvimento da região. Os produtos que são comprados de outros estados/regiões distantes poderiam ser produzidos no DF e Entorno, gerando emprego e renda. Enquanto essa produção local não é incentivada, o DF segue dependente da produção de outros estados. É necessário mudar esse modelo.

## **Mesa 02: Panorama Regional**

### **“A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR”**

Palestrante: Henrique Villa Ferreira - Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional - SDR-MI

O Distrito Federal partiu de um projeto específico de desenvolvimento regional, com ênfase na interiorização. Apenas em 2003, o Governo Federal resgata a política de desenvolvimento regional e o território dos anos 50, 60 e 70. Há muito tempo os governos se afastaram da prática de planejamento territorial e regional. A economista Tânia Bacelar recupera essa discussão em 2003. O Ministério da Integração Nacional promoveu durante quatro anos a discussão da política regional com diversos segmentos da sociedade brasileira (iniciativa privada, governos estaduais, academia, entre outros).

Breve avaliação do desenvolvimento regional do Brasil identifica que as práticas de planejamento territorial, a partir da década de 50 até o final dos anos 70, tiveram como resultado a manutenção de expressivas desigualdades regionais (macrorregiões com extremas desigualdades). Os problemas regionais se acumularam, como as intensas migrações, sendo impossível administrar os municípios sem avaliar a pressão das migrações sobre o território.

A guerra fiscal instalada, o federalismo competitivo e não cooperativo são a tônica das práticas políticas. No entanto, não há mais espaço para a guerra fiscal. Constata-se a desarticulação do aparato institucional e dos instrumentos de gestão regional, diante da ausência de gestores e de especialistas em política regional.

A Política Regional é encarada como elemento fundamental da política do Governo Federal em relação à diminuição das desigualdades. O foco da política é o território, não

confundir política regional com combate a pobreza simplesmente. O Programa Bolsa Família não é capaz de incluir territórios no processo de desenvolvimento, mas de certa forma diminui as mazelas do país. A participação, o controle social e o empoderamento são premissas indissociáveis das políticas em geral, e nesse contexto deve-se chamar os atores regionais para participar da política regional em escala nacional. O modelo de cima para baixo encontra-se exaurido.

O problema regional brasileiro sempre foi macrorregional, a questão no Brasil não é uma questão de apenas uma escala (a macro), deve-se contemplar as escalas sul-americana, intraurbana e o foco em escalas regionais diversas.

A retomada do desenvolvimento regional no Brasil se dá com a criação recente do Ministério da Integração Nacional, em 1999, que ainda se encontra em fase de formação de seus quadros e da formulação de políticas. O Ministério definiu sua missão institucional em 2005: “Atuar na promoção do desenvolvimento das regiões do país, reduzindo as desigualdades regionais, estimulando a inclusão social e a cidadania, e criando meios para a utilização sustentável e em bases competitivas da nossa rica diversidade cultural e regional”.

A partir daí, a meta foi estabelecer a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, utilizando como modelo a política da União Européia, que valoriza os espaços sub-regionais. Quanto mais estiverem articuladas, no território, as políticas setoriais (agrícola, ciência e tecnologia, industrial, entre outras), mais sucesso se terá. O que se deve atacar? Deve-se ter critérios para olhar o território com a participação dos diversos atores (iniciativa privada, terceiro setor, estados, entre outros). Os critérios utilizados para olhar o território foram: crizar a tipologia da PNDR e a renda per capita com a variação do PIB e enxergar no território quais são as regiões que tem problemas (baixa renda, alta renda, regiões dinâmicas, regiões estagnadas). Iniciativas como o Programa Bolsa Família são fundamentais nas regiões de baixa renda e uma forma de garantir a cidadania. Com a alta renda, não existem problemas graves, porém, coexistem pequenas porções de território com problemas sociais. As regiões estagnadas crescem abaixo da média nacional, cresceram em determinado período e depois se estagnaram. Já as regiões dinâmicas crescem acima da média de 2% ao ano, média medíocre nos últimos 15 anos no cenário nacional.

São diversos os instrumentos de desenvolvimento em que se apóia a PNDR. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional - FNDR, que está sendo proposto, irá financiar a infraestrutura e a inovação dos espaços sub-regionais. Nenhum outro instrumento aporta recursos para espaços de pequeno e médio porte. Há ainda os recursos do orçamento da União, os programas regionais do MI no Plano Plurianual de Investimentos - PPA, como também os fundos constitucionais que são fundamentais. O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FNA, o Fundo do Desenvolvimento do Nordeste - FNE e o Fundo do Desenvolvimento do Centro-Oeste - FCO são utilizados para financiamento do setor produtor regional, com aplicação desde 2000 a 2008. Foram R\$ 13 bilhões investidos no FNE. O que se quer é a democratização do acesso ao crédito, por meio do Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste.

Articular bem as políticas públicas com o território para conversão de interesses nacionais é um desafio enorme. Os Arranjos Produtivos Locais - APLs são implementados nas mesorregiões alvo da PNDR. Essas iniciativas começaram em 2003. A questão regional não se resolve em pouco tempo. A superação das desigualdades deve ser política de Estado a longo prazo.

Temos exemplos como a China, com crescimento de 6% ao ano em contexto de crise. A União Européia investe no Leste Europeu para obter a expansão do mercado consumidor local e regional, e incluir atores excluídos do processo. O enorme mercado brasileiro não é ainda

totalmente atendido. O fortalecimento das instituições e dos atores demanda um tempo, no mínimo, de 30 anos. Deve-se fazer o esforço de implantar a capacitação regional, cujo lançamento está previsto no programa nacional de capacitação para o desenvolvimento regional.

São, portanto, desafios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR:

- Consolidação como Política de Estado;
- Consolidação das instâncias de gestão federativa e da articulação interinstitucional;
- Consolidação de um novo padrão de financiamento ao desenvolvimento regional (aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional);
- Readequação de instrumentos e mecanismos ao “novo paradigma” (Programas, Planos, Fundos, Fóruns);
- Fortalecimento Institucional (Superintendências, apoio às Instituições Mesorregionais e Estaduais, Municipais e do Terceiro Setor, por exemplo); e
- Capacitação de Pessoas para a gestão em todos os níveis (Programa de Capacitação 2009).

### **“A área de influência do Distrito Federal segundo a pesquisa Região de Influência das Cidades - REGIC”**

Palestrante: Evangelina de Oliveira - Coordenadora Geral da Pesquisa REGIC - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Para falar sobre a região de influência de Brasília, deve-se falar da REGIC, estudo do IBGE “Região de Influência de Cidades”. Há tradição em se ver o território em regiões, microrregião e mesorregião. Porém, a rede urbana é fundamental (estudos de fixos e fluxos). O quadro de referência da rede urbana brasileira utilizado para subsidiar o planejamento e as decisões, quanto à localização das atividades econômicas de produção e consumo, quer na esfera pública, quer na esfera privada, destaca a:

- Hierarquia dos centros urbanos;
- Delimitação das regiões de influência associadas a estes centros.

É importante identificar nas cidades a localização da grande diversidade de órgãos do Estado e sedes de empresas, onde são tomadas decisões que afetam direta ou indiretamente um dado espaço, que fornecem os centros de gestão do território. Estes são dados, portanto, da gestão federal (INSS, Receita Federal, Ministério do Trabalho, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral), da gestão empresarial e da localização dos equipamentos e serviços. A partir da identificação das áreas dos centros urbanos, determinou-se as áreas de gestão do território e chegou-se a 711.

A definição dos centros de gestão do território é um estudo feito com dados secundários que identificou as 12 principais metrópoles e 70 centros que exercem a função de capitais regionais.

Para os centros de gestão do território foram utilizadas ligações com base em dados secundários. Para as demais cidades foi feita pesquisa direta, por meio de questionários aplicados em 4.625 municípios, levantando informações sobre busca de bens e serviços. Foram investigadas as ligações regulares de transportes públicos, os deslocamentos para



aeroportos, locais de ensino superior, compra de bens, serviços de saúde, lazer e comunicações, (edição de jornais).

Quanto às regiões metropolitanas, estas são grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e a densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos.

Foram classificados no estudo:

**Metrópoles** - 12 principais centros urbanos do País, que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de possuírem extensa área de influência direta.

**Capitais Regionais** - 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios.

**Centro Sub-regional** - 169 centros, com atividades de gestão menos complexas, têm área de atuação mais reduzida.

**Centro de Zona** - 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata e exercem funções de gestão elementares.

**Centro Local** - as demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes.

Quanto às questões referentes à Região de Influência de Brasília, esta é uma Metrópole Nacional. O que é a região de influência de Brasília? São os 10 centros locais diretamente ligados a Brasília, com movimento pendular maior que 10% da população total do município. Nesse caso, são cidades do estado de Goiás: Água Fria de Goiás, Alto Paraíso de Goiás, Cabeceiras, Cavalcante, Cristalina, Flores de Goiás, Mimoso de Goiás, São João d'Aliança, Sítio d'Abadia, Vila Boa.

### **“Diagnóstico socioeconômico da região em três escalas”**

Palestrante: Paulo Furtado - Pesquisador do IPEA

Este estudo tem por objetivo desenvolver um modelo teórico através de indicadores simples para compor indicador de desenvolvimento geral. São seis os indicadores socioeconômicos utilizados: Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, Índice de Desenvolvimento Econômico - IDE, Índice de Desenvolvimento Tecnológico - IDT, Índice de Desenvolvimento Fiscal - IDF, Índice de Desenvolvimento Bancário - IDB e Índice de Dinamismo Municipal - IDM. A construção de índices tem por finalidade facilitar a compreensão da medição de certos fenômenos e garantir a percepção de “ranking” dos diferentes municípios brasileiros quanto ao grau de desenvolvimento. O estudo indica a concentração de desenvolvimento nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, e em alguns polos das regiões Norte e Nordeste.

A análise da evolução recente do crescimento no Centro-Oeste apresenta níveis de sustentabilidade até o presente momento. Verifica-se baixo desempenho no interior do

Nordeste apesar de algumas ilhas de desenvolvimento, a exemplo do eixo Petrolina - Juazeiro. Já nos municípios da RIDE, existe pouca diferença entre eles e baixo Índice de Desenvolvimento Tecnológico: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Brasília, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antonio do Descoberto, Unai, Valparaíso de Goiás, e Vila Boa.

### **Mesa 03: Estratégias de Desenvolvimento Regional nas suas diversas escalas**

#### **“Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável de Brasília e seu Entorno”**

Palestrante: Júlio Miragaya - Vice-Presidente do Instituto Brasiliense de Estudos da Economia Regional - IBRASE

É o momento de sair do debate já acumulado e partir para ações efetivas e compromissos entre as diversas instituições e governos presentes. A apresentação se baseia no estudo realizado pelo SEBRAE e IBRASE e foi dividida em quatro blocos: identificação da área, diagnóstico da região, alguns cenários e estratégias. A área de influência de Brasília foi assim considerada: Distrito Federal (Núcleo Metropolitano), Entorno Metropolitano (10 municípios goianos em processo de conurbação e que tem relações com o DF de natureza metropolitana), Entorno Não-Metropolitano (57 municípios goianos, mineiros e baianos). A área do Entorno Metropolitano é de 18.000 km<sup>2</sup>. O diagnóstico revela que a população do Núcleo Metropolitano é de 2.557 hab. (estimativa IBGE 2008); o Entorno Metropolitano com 883.000 hab. e o Entorno Não Metropolitano com 838.000 habitantes. Há em toda região pouco mais de 4.000.000 de habitantes. O Entorno Metropolitano com 3.500.000 habitantes seria a sexta maior região metropolitana do país, caso ela assim fosse entendida.

A área Não Metropolitana de Brasília é de baixíssima densidade - 5 hab. por Km<sup>2</sup> e essencialmente agrária. O PIB/DF é de R\$ 89.630 bilhões e dos 10 municípios, R\$ 4 bilhões. O PIB per capita aponta a disparidade entre DF, Entorno Metropolitano e Não Metropolitano. O maior PIB per capita do Brasil é o do DF, conforme dados de 2006, chega a R\$ 37,6 mil ao ano, enquanto no Entorno Metropolitano é de R\$ 4,9 mil e o Não Metropolitano, R\$ 7,3 mil. Portanto, o PIB per capita dos municípios do Entorno Metropolitano é bastante inferior ao da área agrária mais ampla.

Alguns dados mostram a importância do setor público para a economia, que corresponde à maior parte da renda do DF. Os funcionários públicos têm renda média de R\$ 3.102,00 e no setor privado a renda é de R\$ 1.365,00, o que significa a concentração de renda nos segmentos relacionados ao funcionalismo público. A massa de renda do DF, 52%, é derivada do salário do setor público, o que demonstra a debilidade da economia privada. No caso do emprego, o setor público tem diminuído a participação na composição do pessoal ocupado nos últimos 14 anos. No ano de 2006, o número de funcionários públicos chegou a 235.900, enquanto o setor privado registrou 1.009.100 trabalhadores. O que está sendo gerado no DF são empregos de baixa remuneração e no setor informal. A formalidade encontra-se no setor público.

Verifica-se forte concentração de emprego e renda no Núcleo Metropolitano do DF em comparação ao Entorno Metropolitano e Não-Metropolitano. Esta é também a região

metropolitana com maior desigualdade entre o município pólo em relação aos demais municípios. Uma comparação com as demais regiões metropolitanas do Brasil, indica: a periferia de São Paulo responde por 44% do PIB da área metropolitana, a periferia de Recife participa com 52% do PIB da Região Metropolitana, Belo Horizonte, 57%; Porto Alegre, 72,3%; Rio de Janeiro, 37%; Salvador, 71,1%. No Entorno Metropolitano do DF, o PIB da periferia corresponde a 6,5% apenas, contra 93,5% no Núcleo, o que reflete o baixo índice de industrialização. As periferias das demais regiões metropolitanas citadas apresentam pequena diferença entre o PIB da periferia e do Núcleo Metropolitano, em função da industrialização.

O modelo desenhado para Brasília nos anos 50 foi implantado negando a industrialização. Entretanto, a atividade é largamente empregadora de mão de obra e possibilita a oferta de oportunidades de serviços de apoio a indústria, com serviços financeiros, de transportes, de armazenagem e de manutenção.

O perfil dos serviços pessoais aqui no Distrito Federal é alto. Brasília tem o dobro do serviço doméstico em relação a outras regiões. Outra curiosidade: Brasília é a cidade com maior número de cabeleireiros. Os serviços do DF não são de apoio às indústrias, mas de apoio às demandas pessoais. Isso marca a nossa economia e as poucas possibilidades de desenvolvimento.

Alguns dados de cenário mostram a região Centro-Oeste como a mais dinâmica do país. Expandida vai chegar a 20.000.000 de habitantes no ano 2020. Destaca-se a capacidade de consumo o eixo BSB-Goiânia-Anápolis como o terceiro eixo econômico nacional. Se mantidas as atuais tendências, a população do DF alcançará cerca de 3.000.000 de habitantes em 2020, acrescida da estimativa de 1.140.000 para os 10 municípios que compõem o Entorno Metropolitano.

As estratégias propostas são de fundamental importância para o desenvolvimento econômico, e particularmente para o desenvolvimento industrial. É necessário reconstituir e fortalecer a SUDECO, além de criar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste - BADECO. Nessa região nunca se criou um banco de fomento de impulso, sua inexistência até hoje, certamente, contribuiu para a não industrialização do DF. Aponta-se a necessidade de criação do Fundo Constitucional para o Entorno. As propostas incorporadas ao documento foram fruto de reuniões com segmentos produtivos de toda a região, universidades, movimentos sociais. Entre as propostas que saíram dessas reuniões, uma delas, foi a de destinar recursos do Fundo Constitucional do DF para os municípios do Entorno Metropolitano, o que seria politicamente delicado, mas necessário, inclusive para reduzir a pressão sobre os equipamentos do DF, melhorar os indicadores socioeconômicos e infraestrutura, como o do sistema de saúde.

A solução para Brasília envolve também a solução dos problemas do Entorno. Uma proposta estratégica apontada no estudo é promover a consolidação de outras cidades-pólo na região, instalar distritos industriais em municípios-pólos selecionados dotados de infraestrutura, consolidar o pólo de informática do DF (Cidade Digital), marcando o perfil da economia voltado à indústria intensiva em capital. Outra saída seria estimular a agregação de valor à estrutura produtiva local, visando a redução das desigualdades inter-regionais e intra-regionais e estimular investimentos em arranjos e cadeias produtivas. A solução dos problemas tarifários deve ser buscada para que os produtos possam ser vendidos no mercado do DF. Deve-se ainda estimular o desenvolvimento do Distrito Federal como pólo de serviços especializados.

Os cenários econômicos<sup>1</sup> apresentados para a região Centro-Oeste e o Entorno de Brasília sugerem a viabilidade de várias obras: duplicar a ligação rodoviária de Brasília-

<sup>1</sup> As propostas podem ser vistas em IBRASE "Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável de Brasília e seu Entorno", Miragaya, Júlio (consultor), Brasília: SEBRAE/DF/GO/MG/BA, 2008.

Itumbiara-Uberlândia (BR 153 e 452) para conexão com a metrópole paulistana; concluir a Ferrovia Norte-Sul, ligando a Anápolis e Tocantins; construir o ramal ferroviário Luziânia-Unai-Pirapora, permitindo o acesso ao porto de Tubarão, entre outras. Outro cenário apontado é a ampliação de Brasília como pólo atacadista e comercial.

No contexto político institucional, a União e o GDF devem ter uma posição mais clara e devem assumir a condução destas questões do Entorno Metropolitano. O consórcio talvez possa ser uma solução interessante para o DF. As estratégias gerais e específicas apresentadas no estudo foram, entre outras: estimular com apoio institucional, técnico e financeiro a formação de consórcios municipais para a resolução de problemas comuns; promover a inclusão do Noroeste mineiro na área de atuação do FCO ou sua inserção na área da SUDENE-FNE. Por fim, necessita-se de uma resolução do problema de ordenamento territorial e fundiário no DF e no Entorno.

A iniciativa de organizar o seminário mostra uma postura otimista que vê o Entorno como espaço natural de espraiamento do DF e acredita em esforços conjuntos, na adesão da sociedade e da articulação dos governos e instituições para solução das questões que afligem essa região. Prefiro não acreditar que o Entorno é o culpado de tudo. Este seminário é um avanço nesse sentido, à medida que, a partir dele se possa construir um arranjo institucional que permita apontar caminhos para a solução desses problemas.

#### **“A SUDECO e seus instrumentos de Desenvolvimento Regional”**

Palestrante: Frederico Vitório Valente - Diretor do Departamento de Promoção de Investimentos da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional - SCO-MI

A extinção da antiga SUDECO deveu-se ao não cumprimento de seus objetivos iniciais. A lei de sua recriação conseguiu corrigir os erros do passado, garantindo que ela possa ser um órgão competente para o desenvolvimento da região. A lei foi aprovada no Senado e na Câmara em dezembro de 2008, a partir de forte articulação dos governadores da região Centro-Oeste, e sancionada pelo Presidente da República em janeiro de 2009; sendo que o decreto de institucionalização encontra-se a caminho da publicação.

A definição dos cargos, para que a SUDECO tenha um quadro, passará por lei que irá ao Congresso. A lei tem dificuldades políticas para aprovação, sendo esta uma questão a ser solucionada. Definida a questão dos cargos e a publicação do decreto, deve-se instalar o Conselho Deliberativo da SUDECO, que irá elaborar o regimento interno. A participação no Conselho dos governos estaduais, da sociedade e do executivo federal é paritária. O modelo de conselho deve seguir o modelo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO. No período de 2008 para 2009 as ações aprovadas pelo Conselho e executadas tiveram sobra de recursos bem menor que nos anos anteriores. Há previsão de recursos significativos para o ano de 2009.

A SUDECO deverá ser um órgão moderno e enxuto, com equipe mínima e alta produtividade, com gestão conjunta do governo e do terceiro setor, além de ser um órgão aberto com sistema de controle, ainda inexistente em outros órgãos do Governo Federal. O Conselho Deliberativo será composto por 10 representantes do Governo Federal, quatro governadores, três representantes dos municípios (um de cada estado), um da área empresarial, um dos trabalhadores, um de ONG. O Conselho Deliberativo terá Diretoria Colegiada que executará as ações definidas pelo Conselho. São dois fundos para a gestão da SUDECO.

As diretrizes e instrumentos de gestão contemplam o desenvolvimento sem passivo ambiental e a elaboração de Plano Regional de Desenvolvimento para integrar o Plano Plurianual - PPA. O planejamento será encaminhado ao Congresso anualmente. Está previsto na lei a criação do Comitê Regional das Instituições Financeiras, composto pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BADECO (a ser criado); além de comitês temáticos de monitoramento das ações previstas no plano. A SUDECO, em conjunto com os órgãos e as entidades federais e em articulação com os governos estaduais, deverá elaborar o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PDR-CO, a ser submetido ao Congresso Nacional, com prazo de validade de quatro anos e revisto anualmente. A SUDECO avaliará anualmente o Plano e encaminhará esta avaliação ao Congresso.

Os instrumentos financeiros que a SUDECO vai dispor para o ano de 2009 são: R\$ 50 milhões do orçamento da União; R\$ 700 milhões de emendas parlamentares; R\$ 2,9 bilhões do FCO; R\$ 500 milhões do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, criado na lei com recursos para melhorar a infraestrutura. Este Fundo corresponde a um percentual de arrecadação de impostos do Governo Federal. Destes recursos do Fundo, obrigatoriamente, deverão ser aplicados 2% em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia. Outro dispositivo constitucional determina que 20% dos recursos a serem aplicados em irrigação no Brasil tem que ser na região Centro-Oeste.

#### **Mesa 04: Gestão e Governança**

##### **"Instrumentos de Cooperação Interfederativos e a Experiência dos Consórcios."**

Palestrante: Paula Ravanelli Losada - Assessora Especial da Subchefia de Assuntos Federativos - SAF, Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SRI-PR

O modelo federativo nasceu para preservar as diferenças e a autonomia das regiões, não permitindo a invasão das suas competências pela União no chamado federalismo dual. No Estado moderno a União passou a ter um papel cada vez mais preponderante. A crise de 1929 propiciou o aparecimento de um novo tipo de Estado, o Estado do Bem-Estar-Social, interventor na economia e com atuação mais forte no seu papel regulador, que exigiu nova configuração federalista. A necessidade de cooperação levou a flexibilização da não interferência e o surgimento do federalismo cooperativo. A articulação entre os entes federativos pode ser negativa ou positiva. A negativa é o princípio da solidariedade e a positiva é o princípio da colaboração. Esta pode ser dividida em: a) colaboração federativa em sentido estrito, quando um ente tem a obrigação de agir para que o outro possa agir; b) coordenação federativa, na qual a atuação conjunta é de caráter compulsório e c) cooperação federativa, na qual a atuação conjunta é de caráter voluntário.

O consórcio público é exemplo da cooperação federativa, e a Região Metropolitana - RM da coordenação federativa, pois, por força de lei, todos os municípios de uma RM têm que trabalhar de forma articulada, compulsoriamente. A competência de instituir uma RM até 1988 era da União, de acordo com o planejamento nacional. Após a Constituição de 1988, a competência para instituir as regiões metropolitanas passa a ser dos estados, como instrumento de coordenação federativa entre municípios dentro de um mesmo estado. Por ser um instrumento compulsório e limitador da autonomia municipal, o instituto da Região Metropolitana tem sido questionado em alguns estados.

Já na cooperação federativa, de forma voluntária, podem ocorrer: reuniões informais; convênios e consórcios administrativos; participação em órgãos colegiados de outros entes; convênios de cooperação; formação de empresas cujo capital pertença a mais de um ente federativo; consórcios de direito privado e os consórcios públicos. Os consórcios administrativos entre municípios, juridicamente, são convênios de natureza precária, pois dependem da vontade dos entes em cooperar, não se constituindo em contrato, de fato. Isso fez com que, para que tivessem personalidade jurídica, os municípios formassem associações de direito privado, embora constituídas por entidades públicas. Neste sentido, as regras da administração pública, como licitação, concurso público, etc, não se aplicavam a essas associações, o que gerava questionamentos por se tratar de recursos públicos. Outra limitação do consórcio administrativo associado como entidade civil era a competência de fiscalizar, que é prerrogativa de entidade pública. Estes problemas levaram o Governo Federal a propor um novo marco legal, mais adequado para esse tipo de associação pública e com natureza contratual: o consórcio público. Isso não extinguiu as outras formas de cooperação, mas trouxe para a entidade pública um instrumento que possibilita realizar atividades com os outros tipos de cooperação que não eram possíveis.

A idéia do consórcio público não é nova no direito constitucional brasileiro. Coerente com a tradição centralizadora do Estado brasileiro e em governos mais autoritários a cooperação entre os entes federativos era desestimulada, pois os empoderava. A Constituição Federal de 1988, no entanto, trouxe uma série de inovações, entre as quais, o reconhecimento dos municípios e o Distrito Federal como entes federativos e a descentralização das receitas públicas. Antes da Lei nº 11.107/2005 a única menção ao consórcio público ocorreu na legislação que instituiu o Sistema Único de Saúde - SUS (Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990). Mesmo não havendo ainda a legalização do consórcio público e considerando a precariedade jurídica dos consórcios administrativos, dados do IBGE mostraram que em 2001 já existiam 1.969 consórcios para ações cooperativas em saúde.

A Constituição de 1988 criou o modelo da federação trina, que reconheceu a autonomia e descentralizou competências para os governos locais. A Emenda Constitucional nº 19 que estabeleceu os consórcios públicos, alterando a redação do Art. 241 da Constituição Federal - CF, passou a prever expressamente os consórcios públicos e os convênios de cooperação. As principais mudanças na nova redação do Art. 241 da CF foram: a) reconhecer o consórcio público como instrumento de cooperação federativa horizontal e vertical, possibilitando, por exemplo, a criação de um sistema de transporte público envolvendo o Distrito Federal, o Estado de Goiás e os municípios do Entorno; b) introduzir o instituto do convênio de cooperação entre entes federados, que necessariamente deve ter natureza contratual, assim como o consórcio público; c) exigir que os consórcios públicos e os convênios de cooperação sejam disciplinados por lei dos entes que cooperam entre si; d) introduzir o conceito de gestão associada aos serviços públicos; e) reconhecer a possibilidade de que, na cooperação federativa, haja a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens.

A Lei nº 11.107/2005 permite a formação de consórcios tanto como associação pública quanto como entidade de direito privado. Como associação pública o consórcio tem competências, tais como os serviços de regulação e fiscalização, e tem imunidade tributária, coisas que não se aplicam às associações de direito privado. No entanto, do ponto de vista administrativo, as duas seguem o mesmo rito, que é o do direito público, obrigando-se a realizar licitação, concurso público e ter responsabilidade fiscal.

## **"A Experiência da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno"**

Palestrante: Carlos Henrique Sobral - Coordenador Geral da RIDE/SCO/MI

O Programa Arranjos Produtivos Locais - APLs na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE é fruto de convênio entre o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, da Gerência da RIDE, prefeituras, Governo de Goiás e do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás, por meio do Instituto Euvaldo Lodi - IEL e do SENAI, que é responsável pela implantação do Programa, existente desde 2005. O vídeo apresentado exhibe os passos para a formação de um APL e depoimentos de cooperados, técnicos e dirigentes políticos. Mostra as principais ações dos APLs implantados na RIDE, nos municípios, Cidade Ocidental, Valparaíso, Luziânia, Águas Lindas de Goiás, Catalão, Novo Gama, Cristalina e Pirenópolis. Apresenta dados de capacitação de 1.255 pessoas em Goiás e atendimento a 189 empresas, agroempresários e ateliê de artesanato.

Em 2008 a RIDE teve orçamento executado de aproximadamente R\$ 29,5 milhões, um grande aumento em relação ao orçamento executado em 2007, de apenas R\$ 1,5 milhão. Em 2009, o orçamento previsto, sem contar o contingenciamento, é de aproximadamente R\$ 70 milhões.

Na sequência de procedimentos de implantação das APLs deve-se verificar: a) a vocação da região; b) a capacitação de atores locais; c) a oficialização do APL, d) o apoio na comercialização dos produtos. Os APLs mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si, contando também com apoio de instituições locais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Diante disso, alguns resultados foram obtidos: o APL de Artesanato Mineral de Cristalina recebeu recursos de R\$ 611 mil e já exporta pedras para a Alemanha. No APL de Fruticultura de Luziânia foram investidos R\$ 858.334,00 e o objetivo é transformá-lo em pólo de fruticultura. No APL de Quartzito em Pirenópolis foram aplicados R\$ 525.560,00 para apoiar a estruturação de cooperativas de pequenas e micro mineradoras, racionalizar o processo produtivo, aperfeiçoar normas de qualidade e apoiar a constituição de uma central de negócios e capacitação profissional. O projeto de aproveitamento do rejeito do processamento das pedras, transformando-o em areia possibilitará aumentar a área de produção. A comercialização de pedras em Quartzito em Pirenópolis movimenta mais do que o próprio turismo.

No APL de Confecção de Vestuário no Novo Gama foi finalizada a primeira etapa e, na segunda estão sendo capacitadas mais de 400 costureiras. O APL Moveleiro de Valparaíso teve investimentos de R\$ 61.111,00 e há previsão de mais R\$ 400 mil para a segunda etapa. Também foram investidos R\$ 600 mil na expansão da capacidade de produção dos APLs de Águas Lindas de Goiás e Pirenópolis.

No Projeto de Reconstrução Produtiva de Assentamentos Rurais da RIDE, em Formosa, foram investidos R\$ 1,320 milhões para a aquisição de 12 tratores com implementos agrícolas e capacitação de 120 trabalhadores de assentamentos da Reforma Agrária na região. Também foram investidos R\$ 439 mil na Capacitação Integrada Reestruturante de Assentamentos Rurais em Padre Bernardo, Água Fria, Planaltina de Goiás e Cristalina; R\$ 560 mil na mandiocultura e beneficiamento nos municípios de Cristalina, Luziânia e Planaltina de Goiás; R\$ 355,3 mil no APL de Confecção de Águas Lindas de Goiás e R\$ 70 mil no APL de Minhocultura na Cidade Ocidental.

Na conclusão do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE da RIDE, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o investimento foi de R\$ 1 milhão. Os mapas estão disponíveis na página da internet do Ministério da Integração Nacional. Em Minas Gerais foram investidos R\$ 590 mil no APL de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira em Buritis.

Foram feitos investimentos em capacitação para ex-drogados e ex-presidiários no Jardim do Ingá em Luziânia - Goiás, cuja comunidade chega a 100.000 habitantes, com altos índices de violência urbana, onde não tem sequer uma agência bancária. Outro convênio importante é o da capacitação de fornecedores em Luziânia, que complementa ações referentes à redução das barreiras tributárias entre Goiás e o DF. Há ainda os convênios para capacitação estabelecidos com o DF: CAJE/DF e Bom Viver Cidadão em Samambaia. Foram liberados recursos para drenagem urbana em Planaltina de Goiás e pavimentação asfáltica em Buritis e Cabeceira Grande em Minas Gerais e Pirenópolis, Luziânia e Valparaíso de Goiás em Goiás. Os recursos para a Feira de Sobradinho e o Loteamento Arapoanga, totalizam R\$ 9.970.000,00, objeto de convênios estabelecidos com o Governo do Distrito Federal, o que ocorreu pela primeira vez em 2008.

### **“Saúde na RIDE”**

**Palestrante: Rubens Iglesias - Diretor Executivo da FEPECS/Secretaria de Saúde do GDF e Vice-Coordenador do Colegiado de Gestão da Saúde - RIDE**

A saúde é um ponto crítico na RIDE, em função disso, em 2003, foi criado o grupo gestor da saúde, coordenado pelo Ministério da Saúde com a missão de fazer o primeiro Plano Integrado de Saúde para a região, elaborado no período de 2003 a 2006, com muitas reuniões e poucas ações. Em outubro de 2006 foi elaborada a Carta de Brasília e Entorno, na qual houve participação do Ministério da Saúde, Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais e que continha proposta de plano de ação na área de saúde na RIDE. Em 2006, o Ministério da Saúde, por meio do Pacto pela Saúde, definiu a criação de colegiado de gestão regional, que resultou no Colegiado de Gestão da Saúde RIDE. Este é composto pelos Secretários Municipais de Saúde de todos os Municípios que compõem a RIDE; os Secretários Estaduais de Saúde - Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal; e diretores de saúde das regionais de saúde do Distrito Federal, ou seja, todos os gestores de saúde dessa região participam desse colegiado, e as decisões são consensuais. Não há votação, há consenso.

O colegiado elaborou o segundo plano de ação, abrangendo os anos de 2008 a 2010 e mapeou todas as necessidades de investimento em saúde, desde o saneamento básico até a atenção primária à saúde, com média complexidade, alta complexidade e o levantamento dos leitos de UTI nos 22 municípios da RIDE. O Plano foi encaminhado ao Ministério da Integração Nacional, que se mostrou um excepcional parceiro nessa jornada e ao Ministério da Saúde. Com ele se espera efetivamente criar condições de investimento em saúde na RIDE. O Plano contém uma análise situacional da saúde na RIDE, um plano diretor de investimento e a estruturação de toda a rede de assistência, programas de educação e saúde e os investimentos necessários.

O diagnóstico apresenta alguns indicadores que remetem à reflexão. As principais causas de internação são: gravidez, parto e puerpério, 46%; doenças do aparelho respiratório, 13%; doenças do aparelho circulatório, 11%; doenças do aparelho digestivo, 7,6%; doenças do aparelho genito-urinário, 7,7%. Em dois municípios, os partos de mães de até 19 anos chegam a índices próximos a 40%. A gravidez na adolescência gera problemas de saúde e em muitos



casos, também desestrutura a família. Quanto à mortalidade hospitalar no município de Vila Boa, 80% são de causas externas, muitas delas relacionadas à criminalidade. As doenças do aparelho circulatório são as principais causas de mortalidade em 13 dos municípios e a segunda causa de mortalidade em nove municípios. Doenças infecciosas e parasitárias são a primeira causa de mortalidade em Cabeceiras (28,6%) e Mimoso de Goiás (27,3%). A taxa de mortalidade infantil por mil habitantes é 13,2% no Distrito Federal e 28,1% em Cocalzinho.

Na atenção básica a saúde, a situação atual dos indicadores dos municípios da RIDE frente à cobertura assistencial e ao tempo de implantação do serviço revela a necessidade de readequação da sua gestão. Há um quadro que resume a situação: dos municípios do Entorno que precisam de atendimento que extrapolam seu nível local, 3,3% vão para Goiânia ou Anápolis; 96,82% vêm para o Distrito Federal, ou seja, de um universo de 25.670 internações, só 842 vão para Goiânia ou Anápolis. O Entorno tem baixíssima capacidade médica instalada em comparação com o DF. Por exemplo, em anatomia patológica e na prevenção de câncer ou diagnósticos citopatológicos, só há cobertura para 3% da população.

A situação é muito crítica quanto à necessidade de leitos hospitalares. Precisa-se, no mínimo, 920 leitos de internação na RIDE e só existem atualmente 420. Não há leitos de UTI e são necessários 150. Em alguns municípios quase 100% das internações ocorrem na rede hospitalar do DF, 99% vem do Novo Gama, 98% de Valparaíso de Goiás. Além da construção de hospitais é necessário investimentos permanentes na sua manutenção. Para cada hospital gasta-se 100 milhões na construção e precisa-se de mais 100 milhões/ano para mantê-lo.

### **“A Experiência da Mesorregião de Águas Emendadas”**

Palestrante: Agnaldo Moraes da Silva - Gerente da Mesorregião de Águas Emendadas - SCO-MI

A Mesorregião de Águas Emendadas é uma das 13 mesorregiões definidas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR como espaços prioritários de intervenções. As mesorregiões foram definidas a partir de critérios de renda e de dinamismo econômico, pautadas por elementos de identidade, de ordem cultural e interesse das comunidades envolvidas, possibilitando maior coesão do tecido social e ambiente propício para as ações de cooperação e solidariedade. A Mesorregião de Águas Emendadas é composta por 100 Municípios, dos quais 77 estão no Estado de Goiás e 23 no Noroeste Mineiro, com uma população de 2.000.000 habitantes distribuída em 191.000 km<sup>2</sup> de área, o que resulta em baixa densidade demográfica. Isso pode explicar certa desatenção da classe política brasileira em relação a essa região.

As diretrizes que orientam as ações de promoção de desenvolvimento da mesorregião são, basicamente, o apoio e a dinamização de arranjos e produções locais e ordenamento territorial, buscando a inclusão econômica pelas ações de cooperação e solidariedade. Gestão participativa é o grande foco da nossa discussão. A partir do fortalecimento das organizações sociais e da criação de mecanismos eficientes, eficazes e efetivos de gestão participativa consegue-se consolidar e estabelecer, dentro do imaginário social e da consciência coletiva, o espírito de cooperação e solidariedade.

Dentro dessa perspectiva de gestão e governança, a Mesorregião de Águas Emendadas deve contemplar a existência de sete fóruns microrregionais, correspondendo às suas sete microbacias hidrográficas. O fórum é o espaço de discussão, deliberação, priorização

das ações, aplicação e alocação dos recursos disponibilizados, bem como de articulação com os demais órgãos federais para atuação na mesorregião. As ações de intervenção direta do Ministério da Integração Nacional na Mesorregião de Águas Emendadas são: Defesa Civil; Projeto Produzir, que trata da capacitação, qualificação e organização de base produtiva; projetos de irrigação e drenagem, o Zoneamento Ecológico e Econômico - ZEE e o ordenamento territorial.

O DF não integra a mesorregião, porque o enfoque, ao contrário da RIDE, que é de fora do DF para dentro (centrípeto), no caso da mesorregião é centrífugo, ou seja, do DF para fora, tentando minimizar ou eliminar a dependência direta com o DF.

Na mesorregião, a característica predominante do setor agropecuário é a produção de commodities (agricultura de grãos e carnes). Os principais problemas, que coincidem com os da RIDE, são: a) formação desordenada de aglomerações urbanas; b) atividades econômicas com baixa capacidade de absorção do contingente populacional desempregado; c) parcela significativa da população vivendo em condições precárias relativas à moradia, saneamento básico, higiene, saúde e educação; d) forte ação antrópica sobre os recursos hídricos da região e e) dificuldades na articulação de ações entre entes da federação responsáveis pelo equacionamento dos problemas existentes. Por isso têm sido promovidos investimentos maciços em ações de organização de base produtiva que podem evoluir e se constituir em verdadeiros arranjos produtivos locais, como apresentados na palestra sobre a RIDE.

A partir da identificação das vocações das comunidades e dos espaços sub-regionais são desenvolvidas ações de capacitação, qualificação e investimentos na infraestrutura necessária para o desenvolvimento econômico. O Zoneamento Ecológico e Econômico - ZEE e o ordenamento territorial, elaborados em escala não é inferior do ponto de vista da sua importância, mas inferior do ponto da hierarquia dos planos do zoneamento e ordenamento, ou seja, dos planos diretores de ordenamento territorial dos municípios. A motivação da criação da Mesorregião de Águas Emendadas é a ação antrópica sobre os recursos hídricos da região e a proteção do manancial hídrico que abastece o Distrito Federal.

A mesorregião está buscando constituir um fórum para articular as ações entre os entes da Federação, responsáveis pelo equacionamento dos problemas existentes. As ações fundamentais são as atividades estruturantes. Diversas propostas de ações têm sido desenvolvidas, como a capacitação de gestores; a implementação dos Comitês de Bacias na Mesorregião de Águas Emendadas; a implantação do fórum de desenvolvimento e do Fórum de Águas Emendadas e apoio institucional para realização do plano de ação. Outras propostas do Plano de Trabalho são: o apoio a problemas estruturantes e de infraestrutura; o saneamento básico e eletrificação rural; as cadeias produtivas de exploração racional de produtos de origem mineral; o desenvolvimento de pecuária de animais de pequeno porte; o ecoturismo e turismo rural e o aproveitamento do potencial hídrico da mesorregião, por meio de ações de apoio à piscicultura/aqüicultura. Todas as propostas guardam relação direta com o pré-requisito da sustentabilidade ambiental, mas também com a sustentabilidade econômica das comunidades envolvidas.

Nas ações relativas às políticas sociais destacam-se a educação, a implantação de bibliotecas em municípios mais carentes e a regularização fundiária, que é um problema sério nas regiões do Norte e Nordeste goiano. Já as ações de desenvolvimento local predominam os Arranjos Produtivos Locais - APLs, que mesmo não podendo ser caracterizados como tal do ponto de vista acadêmico, são organizações produtivas de base. Alguns exemplos: o APL de artesanato na região do Vale do Rio Urucuia, em Grande Sertão Veredas; o APL de confecção de Jaraguá, que é um dos APLs modelo, faltando apenas a atração de mais alguns componentes essenciais da cadeia de confecção; o APL de fruticultura na região do Vale do São Patrício, em Goiás; o APL de piscicultura na região do Vale do Rio Urucuia e no Vale do Rio

Preto, em Paracatu; os APsL de turismo na Chapada dos Veadeiros, na Reserva da Biosfera do Goiás, em Uruaçu, região Serra da Mesa - GO.

## **Mesa 05: Perspectivas de Desenvolvimento da Região**

Palestrante: Deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) - Membro da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados

Atualmente, praticamente, todas as correntes advogam a necessidade de o país crescer e se desenvolver, como alternativa mais consistente de distribuição de renda. Eis o desafio que aqui se apresenta: que desenvolvimento se quer para a região? O que é construir um desenvolvimento sustentável nessa região? A premissa número um da formulação dessa estratégia de desenvolvimento é a base científica. A retomada do planejamento passa a ser condição indispensável. Daí a grande importância de instituições como o IPEA, a CODEPLAN, os institutos de pesquisa dos Estados, as universidades, com base em informações científicas, definirem uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

A segunda questão a ser debatida em uma estratégia de desenvolvimento é a realização, com bases científicas, de um Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE da região. Um zoneamento de caráter geral, e os microzoneamentos, tendo como unidades as bacias hidrográficas. Há outras questões que se apresentam: a) gargalos de infraestrutura ferroviária e rodoviária; b) energia de comunicações; c) ciência e tecnologia. É importante no planejamento perceber quais serão as necessidades, para evitar futuras dificuldades.

Outra sugestão é a formação de redes de instituições de pesquisa, que pressupõe: reerguer o sistema nacional de pesquisa agropecuária, com as universidades, cumprindo papel importante de pesquisa básica; a EMBRAPA manter o desenvolvimento de novas tecnologias; as organizações estaduais de pesquisa realizarem extensão tecnológica e transferência de tecnologia e a EMATER prestar assistência técnica e extensão rural.

Existe um enorme mercado consumidor no eixo Brasília-Anápolis-Goiânia. É preciso identificar o que esse mercado consome e pede, e o que poderemos produzir na região, ou seja, implantar uma "política" interna de substituição de importações. Para isso, há necessidade de agregar valor à produção do Centro-Oeste, assim como beneficiá-la aqui. Em paralelo, há o imenso contingente populacional nas cidades do Entorno, com altíssimas taxas de desemprego, necessitando desenvolver atividades econômicas que gerem empregos, utilizando a matéria-prima e o mercado consumidor da região. Exemplo disso, no Distrito Federal, foi a implantação do Arranjo Produtivo Local de flores, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. A região possui enorme mercado consumidor de flores. A EMBRAPA pode aportar conhecimento, assim como em diversos outros arranjos produtivos identificados.

A participação efetiva do governo com instrumentos de crédito, fiscais, tecnológicos e de gestão, pode garantir um desenvolvimento sustentável nessa região. O turismo também é um setor absolutamente integrador e que, bem desenvolvido, conterà a pressão que já existe e que tende a aumentar. E finalmente, para desenvolver atividades de altíssimo valor agregado e tecnologia, uma estratégia é a parceria entre o setor produtivo e a comunidade científica, universidades, centros e institutos de pesquisa. O Distrito Federal, por exemplo, possui cinco centros da EMBRAPA, a Universidade de Brasília, a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a

Universidade Católica e diversas outras universidades do Centro-Oeste, com aporte enorme de conhecimento.

Outra estratégia são os parques tecnológicos, com a possibilidade de instalações e laboratórios compartilhados. No Distrito Federal podemos identificar projetos condizentes com suas duas grandes vocações, já em curso: o Parque Tecnológico Capital Digital, fundamental para agregar mão de obra qualificada, produzir conhecimento e trazer resultados significativos para a cidade, e o Parque Tecnológico de Biotecnologia.

Além disso, o Cerrado possui uma das maiores biodiversidades do planeta, com 10 mil espécies de plantas, sendo 4.400 endêmicas, matéria-prima fabulosa para o desenvolvimento de uma grande indústria de biotecnologia. A região Centro-Oeste é grande produtora agrícola com uma pecuária muito forte. Há uma expansão, cada vez maior, gerando grande pressão sobre o Cerrado, que não é apenas um celeiro, mas um grande centro de produção de alimentos. É ainda um grande bioma, com altíssima biodiversidade, e é a caixa d'água deste País: abastece 70% das águas das Bacias do Tocantins, do Paraná e do São Francisco. É um bioma de integração entre os demais biomas. Com as tecnologias já desenvolvidas, com financiamentos para sua disseminação em escala, pode-se transformar a região de pastagens degradadas na fronteira do avanço da agricultura, da pecuária, da agroenergia, utilizando tecnologias de integração como lavoura, pecuária, silvicultura. Se não fizermos esse aporte de tecnologia, a fronteira agrícola avançará com níveis de produtividade aquém do que poderíamos utilizar, e, certamente, sacrificando grandes áreas do Cerrado. Esses são os desafios. É fundamental que possamos formular essa estratégia de desenvolvimento em bases sustentáveis, tendo por fundamento o conhecimento. Sem dúvida, isso fará uma grande diferença para o conjunto da população dessa região e de todo o país.

**Palestrante: Diones Alves Cerqueira - Representante da Federação das Indústrias do Distrito Federal - FIBRA**

A Federação das Indústrias, preocupada com a questão do desenvolvimento na região, elaborou, em 2006, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial - PDI, uma proposta inovadora. O processo de desenvolvimento industrial de Brasília iniciou-se a partir de 1990. Anteriormente, Brasília era conhecida, e ainda carrega o estigma, de cidade administrativa. Pensada sob essa ótica administrativa e não sob a ótica produtiva, a capital não possui um setor produtivo vigoroso, mas existem indústrias, comércio e excelentes institutos de pesquisa. Atualmente, a geração de empregos no setor público diminuiu por motivo óbvio: há programas de ajuste de política fiscal e, conseqüente redução de gastos públicos. Isso joga para a iniciativa privada uma responsabilidade muito grande. Diante desse cenário, a Federação elaborou o PDI, que contempla 50 projetos e 12 desafios. Em 2007, a Federação elegeu seis desafios que deveriam ser implementados como prioridade. O PDI inaugura a nova fase do pensamento desenvolvimentista na região: todos os seus projetos preveem ações integradas entre os diversos agentes (setor produtivo, universidade, governo e demais agentes). Parte de uma visão desenvolvimentista tenta mesclar políticas horizontais e verticais de atração de empresas para a região. Também está alinhado à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do Brasil - PITEC.

A FIBRA entende que a indústria será o principal agente promotor do desenvolvimento na região nos próximos anos. Não há como pensar o desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno sem levar em consideração a indústria. Ela capacita pessoas, leva cidadania e

distribuição de renda, e é importante fonte de desenvolvimento. Brasília, por sua característica, possui uma vocação direcionada para os serviços industriais. O Distrito Federal possui o maior número de universidades por habitantes do país e elevado contingente de PhDs. Por outro lado, no Entorno é exatamente o oposto. A Federação está muito preocupada com o Entorno, porque gera grande pressão sobre a economia do Distrito Federal, sobretudo na utilização de nossos serviços e infraestrutura. O PDI tem como uma de suas metas dobrar o crescimento da indústria, que hoje se encontra em torno de 7%, para 14%. Para isso, prevê a ocupação ordenada de indústrias na região do Entorno e não apenas no Distrito Federal, baseada no adensamento de cadeias produtivas ou APL's existentes. O objetivo é trazer para o Distrito Federal e Entorno empresas que complementem os elos inexistentes nas nossas cadeias produtivas, e não empresas que venham concorrer com as já instaladas. Seriam indústrias ambientalmente corretas e que agreguem valor à produção existente. Isso geraria necessidade de capacitação de mão-de-obra e até de adequação de conteúdo de formação de profissionais.

Entre as prioridades do PDI, avançou-se na ampliação de linhas de crédito e financiamento. O FCO, por exemplo, representa hoje a maior oferta de recursos em proporção do PIB no País, em 2008, utilizou quase 50% do recurso disponível. Isso foi um recorde histórico, um avanço significativo, já que nos anos anteriores o uso do recurso era muito inferior. Graças à participação e à criação do Conselho de Desenvolvimento do Distrito Federal, junto ao Comitê de Apoio e Financiamento à Atividade Produtiva, conseguimos dinamizar a utilização desses recursos. Quando não utilizado, o recurso volta para o fundo e é redistribuído entre as demais regiões.

Quanto às exportações, o Distrito Federal, no ano passado, teve saldo de U\$ 162 milhões. Não é muito. Nossa participação na pauta brasileira é apenas 0,01%, mas diversas micro e pequenas empresas estão interessadas em exportar. Outras já têm conseguido êxito. A indústria no Distrito Federal passa por algumas dificuldades, dada a excessiva carga tributária. Há necessidade de sua racionalização. Outra necessidade é a simplificação burocrática na abertura de empresas, apesar de alguns avanços.

É necessário também a melhoria na infraestrutura de transporte. Quanto aos próximos passos de implantação do PDI, tem-se como estratégia de desenvolvimento regional, a criação de fórum da indústria do Centro-Oeste. A intenção é que exista espaço de diálogo entre os estados, inclusive visando a coordenação das ações para a obtenção de resultados mais expressivos, e a convergência dos interesses setoriais de cada estado, para evitar a concorrência predatória entre os Estados. O trabalho do SEBRAE/DF está alinhado com o PDI e a nossa atual estratégia é partir para conversar com os demais Estados. Temos esse desafio: começar a conversar com os Estados, sobretudo com Goiás, para tentar alinhar políticas que venham promover esse desenvolvimento tão esperado e sonhado.

**Palestrante: Profa. Marília Steinberger - Professora-adjunta do Departamento de Geografia e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da UnB**

Destaco a importância da CODEPLAN estar presente, de forma ativa, na organização do evento. Isso porque, durante muitos anos, a CODEPLAN deixou lacunas importantes, principalmente na base científica e de séries de dados estatísticos. Desenvolvo estudos sobre a região, no âmbito do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais NEUR, da UnB, há mais de 15 anos. Contudo, vejo que as coisas não andaram em relação à discussão sobre Distrito Federal e Entorno. Se a coisa não muda, não é por falta de política local, nem de política nacional, nem

de programas regionais mais amplos, nem de programas regionais mais específicos para a própria RIDE, nem de instrumentos, nem de recursos. Por que essa região ainda não é “um” problema, mas “o” problema? Por que essa região é tão complicada? Além disso, que região é essa de que estamos falando? Da região do DF e do Entorno ou da RIDE, que existe desde 1998. Em 11 anos de existência pergunta-se: será adequada a sua vinculação institucional ao Ministério da Integração? Não sei. Existe um COARIDE, um conselho dos prefeitos, que não se reúne há mais de dois anos.

Resgatando e refletindo sobre as várias palestras que aconteceram neste seminário: quanto à discussão da SUDECO, como será a estruturação com a qual ela pretende enfrentar essa nova tarefa de repensar o Centro-Oeste? Quanto aos instrumentos jurídicos, também há uma discussão sobre as duas regiões, a própria RIDE e a região de Águas Emendadas? Então, várias coisas vão aparecendo e vão suscitando reflexões sobre porque essa região não anda. Não é por falta de estudos. Claro que a base científica é importante, que dados são importantes. Mas não é por falta de estudos, não é por falta de propostas, não é por falta de diagnóstico que ela não anda. Não é nada disso. No meu entender, falta decisão política e compromisso.

E aí eu fico olhando para o desenho deste próprio seminário. Este seminário é sobre o Distrito Federal, mas ele é um seminário federal. Por quê? Porque é um seminário de órgãos do Governo Federal e do Distrito Federal, que tem ainda uma postura de que o Entorno é um estorvo. As ações são pontuais, isoladas, para diminuir a pressão sobre o DF. É preciso pensar a região de forma integrada. E que região é essa? São realmente essas questões que me fazem ver este seminário como uma retomada do assunto, mas uma retomada tímida e que tem que ser sucedida de uma série de reuniões menores, com grupos menores, para discutir questões objetivas de integração. E os prefeitos, estão só na platéia? Será que eles não têm nada a nos dizer? O objetivo deste seminário é exatamente buscar a integração entre essas três esferas de Governo. Mas onde estão as ONGs? E os movimentos sociais? Nós temos um fórum de movimentos sociais no DF. Onde estão esses participantes? Eles não têm nada a nos dizer? Claro que têm! Com relação a temas importantes, que merecem ser aprofundados nessa expectativa, primeiro vem a discussão sobre que região é essa. Afinal, é RIDE mesmo? É RIDE com 22 municípios? É um aglomerado urbano? São 68 municípios? São os 282 que o REGIC fala? Enfim, quantos municípios formam essa região? Que região é essa de que estamos falando? Para cada uma dessas escalas as ações são diferenciadas. Então, é preciso definir.

Um segundo ponto é a questão da industrialização do DF. Ela pode acontecer, sim, mas só regionalmente. O Entorno não é um problema, como nós tratamos; ele é uma solução, é a possibilidade de pensarmos realmente em industrialização. Quanto ao turismo: se examinamos a RIDE, vemos que realmente existe grande potencialidade de turismo. Em minha opinião, era uma iniciativa importante para se repensar isso de forma agregada com o Distrito Federal, pensando até em circuitos turísticos que não sejam só de Brasília, mas que abranjam circuitos integrados.

Quanto ao Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, estamos atrás da definição da região e das atividades que devem ser priorizadas nessa região, e é exatamente esse o objetivo do ZEE, que define os usos econômicos mais propícios para determinada região, os usos do território daquela região. Por que o ZEE, no Distrito Federal e região, ainda não foi feito? Há três anos o Ministério do Meio Ambiente tomou para si a realização do ZEE do DF e do Entorno, mas o DF não quis participar. Não existe a região sem o DF, assim como não existe o ZEE de uma região como a RIDE sem o DF. Precisamos fazer gestões junto ao GDF para que isso aconteça. Desculpem-me qualquer excesso, mas eu precisava trazer para os senhores essa visão mais crítica da realidade dessa região.

# Subsídios e Propostas de Encaminhamento

---

Segundo a coordenadora da pesquisa do IBGE, “Região de Influência de Cidades - REGIC”, Evangelina de Oliveira, Brasília é uma metrópole nacional que tem 10 centros locais diretamente ligados: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Estes mesmos 10 municípios foram denominados “Entorno Metropolitano” no Estudo do IBASE/SEBRAE: “Estratégias para o Desenvolvimento Estratégico de Brasília e seu Entorno”. Este estudo apresentou, juntamente com os dados trazidos pelo Sr. Rogério Rosso, da CODEPLAN, e dados da Secretaria de Saúde, a situação preocupante de precariedade de serviços urbanos e equipamentos comunitários, a falta de perspectivas de emprego, e as oportunidades de lazer e cultura para a população, especialmente, a mais jovem. Esta região, se comparada às regiões metropolitanas do país, é a que apresenta maior grau de desigualdade entre o município pólo e os demais municípios. O PIB da periferia representa apenas 6,5% do PIB da região considerada “Entorno Metropolitano”, enquanto o DF concentra 93,5% do PIB.

A aplicação do índice de desempenho dos municípios, conforme estudo formulado pelos pesquisadores do IPEA, Paulo Furtado e Carlos Wagner, apresentou indicadores de desenvolvimento econômico, tecnológico, humano, entre outros, mostrando que o índice de desempenho de Brasília é somente 30% do índice de São Paulo e o índice dos municípios do Entorno é, em média, 10% do de São Paulo.

A complexidade dos problemas que afetam a região, notadamente o grau de violência de que esta população é refém, o grau alarmante desses indicadores do Entorno e o debate já acumulado evidenciam que é o momento de partir para uma ação efetiva. No entanto, admitiu-se que há falta de políticas públicas articuladas, capazes de reverter o quadro em que se encontram as populações dessa região. Há um consenso que a região merece decisão política para uma atuação imediata e articulada, com forte aporte de recursos e medidas para reversão desse quadro.

Foi apontada a necessidade de enfrentar a questão do desemprego, da violência, do alto grau de dependência do Entorno imediato com relação aos equipamentos e ofertas de emprego em Brasília. Foi apresentada, pelo Presidente da CODEPLAN Sr. Rogério Rosso, a situação de estagnação econômica do Entorno, que apresenta PIB 14,9 vezes inferior ao do Distrito Federal, enquanto a área territorial é 10 vezes inferior ao Entorno. No entanto, apesar de

apresentar PIB muito superior, o Distrito Federal só produz 15% do que consome. A produção local deve ser estimulada para romper com a situação de dependência de outros estados e regiões.

Qual o desenvolvimento que se deseja? Como gerar emprego e renda na região? Que escalas exigem e que tipos de instrumentos? Estas questões geraram debates que envolveram um assunto polêmico - a industrialização do DF e sua região. O modelo de Brasília foi montado negando a industrialização como fonte importante de geração de empregos e apostando no funcionalismo público como principal fonte empregadora. De fato, o estudo apresentado pelo SEBRAE e IBRASE, aponta que a participação do setor público na economia corresponde a maior parte da renda do DF.

Outra proposta estratégica apontada no Estudo é a promoção e consolidação de outras cidades pólo na região, a instalação de distritos industriais em municípios selecionados dotados de infraestrutura, a consolidação do pólo de informática do DF (Cidade Digital), marcando o perfil da economia voltado à indústria intensiva em capital e pólo de serviços.

Mereceu atenção dos participantes a barreira tributária existente entre o DF e os municípios vizinhos, situação que faz com que a produção seja comercializada em outros municípios, mas não no Distrito Federal, sendo essa uma questão central a ser enfrentada.

A prestação de serviços, para alguns, aparece como vocação alternativa à indústria para o desenvolvimento do DF. Foi indicado como um dos caminhos que os serviços com valor agregado e uso intensivo de educação podem gerar muitos empregos e renda (desenvolvimento sustentável) e que há enorme espaço para um feixe de atividades urbanas e rurais, não agrícolas. Resta a preocupação que não existe capital humano nem tecnologia disponíveis na região, deve-se buscá-los antes de se pensar em industrialização.

A FIBRA, por meio de seu representante, Sr. Diones Cerqueira entende a industrialização como principal agente promotor de desenvolvimento para a região nos próximos anos e informou que o Plano de Desenvolvimento Industrial - PDI, elaborado em 2006, prevê a ocupação de indústrias na região do Entorno, o adensamento das cadeias produtivas já existentes, indústrias ambientalmente corretas e que agreguem valor à produção existente.

A industrialização gerou preocupações de cunho ambiental por parte da platéia. Como conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental diante da proposta de industrialização do Entorno do DF?

Júlio Miragaya, do IBRASE, defendeu as manifestações contrárias à industrialização, uma vez que pensa ser possível compatibilizar desenvolvimento econômico com preservação ambiental. Lembrou que a atividade industrial é geradora de empregos, e pode-se impedir um modelo industrial ultrapassado e predatório para o meio ambiente.

O desmatamento do Cerrado, uma das preocupações do Deputado Federal Rodrigo Rollemberg, é bem maior do que ocorre na Amazônia, sendo que o bioma Cerrado está longe de ser assumido como patrimônio nacional. Júlio Miragaya, do IBRASE, compartilhou da preocupação apontando que hoje o Cerrado tem 10% de suas áreas degradadas mas que existem mecanismos para a sua recuperação. A ação antrópica sobre os recursos hídricos da região e a proteção dos mananciais, por meio de Comitês de Bacias, foi apresentado pelo Sr. Agnaldo Moraes, gerente da Mesorregião de Águas Emendadas.

O Deputado Federal Rodrigo Rollemberg sugeriu parceria entre o setor produtivo e a universidade, propôs a adoção do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE e de



microzoneamentos tendo como unidades as bacias hidrográficas e também a criação por parte dos governos de instrumentos fiscais, de crédito, tecnológicos e de gestão capazes de garantir o desenvolvimento sustentável. O turismo também foi sugerido como política integradora, o que foi compartilhado pela representante da UnB, professora Marília Steinberger, que acredita que a industrialização possa ocorrer regionalmente.

Foi consenso por parte dos palestrantes, debatedores e participantes que se manifestaram, a importância da retomada da CODEPLAN como órgão de pesquisa e planejamento do Distrito Federal, além de denunciada a ausência e defasagem das pesquisas e dados sobre o Entorno, como por exemplo a Pesquisa de Emprego e Desemprego que há 17 anos deixou de incorporar os municípios do Entorno.

No decorrer do Seminário ficou claro que um dos temas fundamentais é reconstituir e fortalecer a SUDECO, criar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, uma vez que na região nunca houve um banco de fomento que impulsionasse a região. Indicou-se também a necessidade de se destinar recursos do Fundo Constitucional do DF para o Entorno e de se criar um Fundo específico para essa região. Foi colocado pelo Diretor Frederico Vitorio Valente do Ministério da Integração Nacional que a legislação do FCO não permite investimentos em regiões limítrofes como o Triângulo Mineiro, interior da Bahia e Noroeste mineiro, o que dificulta ações integradas de desenvolvimento.

No que se refere aos recursos para financiamento de projetos, apontou-se que o FCO apresenta uma baixa execução (com recorde em 2008 de utilização de 50% dos recursos disponíveis) e que a região se beneficia na sua grande maioria dos recursos de emendas parlamentares, que são insuficientes.

Discutiu-se a aprovação em curso no Congresso Nacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que inclui programa no qual estão definidas agendas que incorporem os territórios ao processo produtivo, como infraestrutura de pequeno e médio porte, ciência e tecnologia e capacitação.

A preocupação com a falta de oportunidades e de perspectivas para o futuro dos jovens destacou-se como questão central. É preciso que a juventude e as crianças possam ser criadas num ambiente com mais cidadania e possibilidades de inclusão no mercado de trabalho.

Uma questão que foi tema de grande centralidade é a pressão dos municípios da RIDE, especialmente do “Entorno Metropolitano” sobre os equipamentos de saúde do DF. Dados apresentados pelo Dr. José Rubens Iglesias, da Secretaria de Saúde, apontaram que os pacientes dos municípios do Entorno que necessitam de atendimento médico, 96,82% vêm para o Distrito Federal. Mas a baixa capacidade médica instalada nesses municípios não poderá ser revertida se depender apenas da capacidade de investimento dos municípios.

Vale destacar que a gestão da RIDE tem deficiências que devem ser enfrentadas, como a desarticulação do seu Conselho Administrativo, que não se reúne há dois anos. Discutiu-se que a recriação da SUDECO, embora com dificuldades de implementação, trará outra institucionalidade para a gestão da região. Sugeriu-se que dado o impedimento legal de se criar um quadro funcional para a SUDECO, no momento, se monte um cronograma de implantação paulatina do órgão.

Uma questão compartilhada pelos participantes é que se deve ouvir outros segmentos, criar fóruns permanentes de discussão, organizar reuniões menores por temas específicos e aperfeiçoar os mecanismos de gestão, principalmente os de articulação e cooperação federativa.

Participação, controle social e empoderamento apareceram no discurso do Secretário Henrique Villa do Ministério da Integração Nacional como premissas indissociáveis das políticas em geral, na qual é essencial chamar os atores regionais para participar da política regional em escala nacional, onde o modelo de cima para baixo encontra-se exaurido.

No trato político-institucional, sugeriu-se que a União e o GDF assumam o papel na condução da solução das questões que afligem o “Entorno Metropolitano”. Um dos instrumentos trazidos pela palestrante Sra. Paula Ravanelli, é a utilização na região do consórcio público como instrumento de cooperação federativa voluntária. A região metropolitana, como instrumento de coordenação federativa, tem sido questionada por alguns estados por ser limitador da autonomia municipal e compulsório. O consórcio público admite o consorciamento entre municípios, estados e a União, o que ampliaria as possibilidades de conjugação não somente de esforços mas também de recursos.

Foi entregue à Mesa, por um dos representantes do Entorno, um documento que institui o “Núcleo Representativo para o Desenvolvimento da RIDE”. A SEPLAN - Goiás tem proposta de Gestão Integrada. Foi sugerido pela platéia que se resgate a Carta de Desenvolvimento Social para o DF e Entorno, elaborada em 2007, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do GDF.

Entre as ações em curso e fóruns que indiretamente podem se constituir em instâncias de discussão da RIDE foram citadas a atuação do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas e do Grupo de Trabalho Inter-federativo que discute problemas, oportunidades e as questões de gestão das regiões metropolitanas.

Nos debates foi sugerido que se faça emenda à lei de criação da RIDE para que esta região seja dividida em núcleos que possam ser tratadas em separado. Foi informado que o PL que trata do Estatuto das Metrôpoles está sendo retomado na Câmara dos Deputados. Outra sugestão é que se deve incorporar este debate às propostas recentes do Fórum de Governadores do Centro-Oeste que ocorreu no mês de março.

Por último, foi sugerido nos debates que os três Governadores (DF, MG, GO), os nove Senadores e todos os Deputados Federais da Bancada de Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais deem as mãos para uma ação efetiva no Entorno. Como proposta de desdobramento do Seminário, foi apresentada pelo Diretor de Gestão de Informações da CODEPLAN, Sérgio Paz Magalhães, a constituição de fórum de discussão que envolva os gestores públicos, as esferas federal, estadual e municipal, as ONGs, a universidade os centros de pesquisa, o setor produtivo e os movimentos sociais. Foi a proposta final e concreta encaminhada.